

# Prescrição e Direito intertemporal.

73

**JOSÉ ANTONIO TEDESCHI**

Juiz de Direito em São Paulo

## **I. Prescrição**

## **II. Direito Intertemporal**

## **III. Arts. 177, da Lei nº 3.071, de 1º.1.1916, e 205, da Lei nº 10.406, de 10.1.2002**

A prescrição, como instituto do Direito Civil, vem regulada no Título III (arts. 161 *usque* 179), do Livro I, da Parte Geral, do Código Civil vigente (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916). Da definição do instituto não cuidou o legislador pátrio, até porque *omnia definitio periculosa est*.

A palavra *prescrição* procede do vocábulo *praescriptio*, derivado do verbo *praescribere*, formado de *prae* e *scribere*, com a significação de *escrever antes* ou *no começo*.

No dizer da melhor doutrina, “*prescrição é a extinção de uma ação ajuizável, em virtude da inércia de seu titular durante um certo lapso de tempo, na ausência de causas preclusivas de seu curso. Ai estão, a dar-lhe corpo e individualidade, seus diversos elementos integrantes: objeto, causa eficiente, fator operante, fator neutralizante e efeito. Seu objeto: a ação ajuizável; sua causa eficiente: a inércia do titular; seu fator*

*operante: o tempo; seu fator neutralizante: as causas legais preclusivas de seu curso; seu efeito: extinguir as ações”.*<sup>1</sup>

O legislador de 2002 aventurou-se além, alinhavando, no discurso do art. 189, os contornos da figura do instituto, ao estatuir que *“violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts. 205 e 206”*.

Sua razão de ser se faz evidente. A perpetuidade do direito de ação, com a conseqüente sujeição dos terceiros ao arbítrio do seu titular, pouco ou nada contribui para a evolução das relações sociais; daí a necessidade de o legislador pôr fim a eles, através da prescrição, que destarte se revela verdadeiro instrumento de pacificação social, dando azo ao perecimento de conflitos intersubjetivos de interesses pelo simples decurso do prazo, se inerte o titular.

Vale dizer: da omissão voluntária, da desídia, do titular do direito, advém afinal o perecimento deste mesmo direito.

Como já se escreveu, *“influi certamente, ainda que em sentido negativo, ou de omissão, esse desígnio, quando se caracteriza pela negligência prolongada na defesa de seus interesses, operando a modalidade mais importante da perda dos direitos: a prescrição extintiva, cujo prazo máximo é de 20 anos, nas graduatórias estabelecidas nos arts. 177 e 178 do CC, atendendo ao prevalecimento do interesse da coletividade”*.<sup>2</sup>

A lei civil básica prevê grande diversidade de prazos prescricionais, regulamentando-os de forma diferente; àqueles direitos de interesse mais restrito, personalíssimos até, cominou prazos prescricionais menores, enquanto que àqueloutros, de certa repercussão jurídico-social, embora ainda privados, estabeleceu prazos maiores para a superveniência do fenômeno prescricional.

Assim, v. g., prescreve em dez dias, contados do casamento, a ação do marido para anular o matrimônio contraído com mulher já deflorada (CC, art. 178, § 1º); em quinze dias, contados da *traditio*, a *actio redibitoria* ou a *quantum minoris* (CC, art. 178, § 2º); em um ano, a ação do doador para revogar a doação (CC, art. 178, § 6º, I) ou do segurado contra o segurador e vice-versa (CC, art. 178, § 6º, II); em três anos, a ação do vendedor para resgatar o imóvel vendido (CC, art. 178, § 8º); em quatro anos, a ação do interessado em pleitear a exclusão de herdeiro (CC, art. 178, § 9º, IV) ou a ação do filho natural para impugnar o reconhecimento, contado o prazo do dia em que atingir a maioridade (CC, art. 178, § 9º, VI); em cinco anos, as prestações de pensões alimentícias (CC, art. 178, § 10, I) ou os juros (CC, art. 178, § 10, III), ou ainda a ação por ofensa ou dano causados ao direito de propriedade (CC, art. 178, § 10, IX).

Hoje, as ações reais prescrevem ordinariamente em dez anos, entre presentes, e em quinze, entre ausentes (CC, art. 177, 2ª figura).

As ações pessoais, que inicialmente prescreviam em trinta anos (CC, art. 177, 1ª figura), hoje têm previsto prazo prescricional de vinte anos (*idem*, com redação determinada pela Lei nº 2.437, de 07 de março de 1955).<sup>3</sup>

A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o novo Código Civil Brasileiro, veio introduzir várias alterações no ordenamento jurídico pátrio, no que não poupou o instituto da prescrição. Com referência à prescrição das ações pessoais, especialmente, a alteração ressalta, pois o legislador veio reduzir o prazo hoje vigente,

<sup>1</sup> LEAL, Antonio Luis da Câmara. *Da Prescrição e da Decadência*. Rio de Janeiro: Forense, 2ª ed., 1959, p. 26.

<sup>2</sup> CHAVES, Antonio. *Tratado de Direito Civil*. São Paulo: RT, 3ª ed., 1982, vol. 1, tomo II, p. 1.613.

<sup>3</sup> Já àquela época, PONTES DE MIRANDA apontava o prazo trintenar inicialmente previsto como ordinário, na redação original do art. 177, do Código Civil vigente, como *“destoante do ritmo rapidíssimo da vida de hoje”*, na esteira da doutrina alemã (*Tratado de Direito Privado*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Borsoi. 1955. VI/281).

vintenário, à razão da metade (art. 205) — em preceito igualmente aplicável, em tudo e por tudo, às ações reais.<sup>4</sup>

A questão que se coloca, em vista disso, diz respeito à observância do prazo prescricional das ações pessoais, com a entrada em vigor da nova lei civil básica. Ocorrendo um ato ilícito civil, criador da conseqüente obrigação de indenizar — decorrente da infringência da regra *neminem laedere*, insculpida no art. 159, do Código Civil vigente — o titular do direito terá o prazo de vinte (art. 177, 1ª parte, do Cód. Civil atual) ou de dez (art. 205, do novo Código Civil) anos?

Em termos práticos: publicado, o novo Código Civil só passará a vigorar após o decurso de um ano (art. 2.044). A poucos meses da superveniência do *dies ad quem* do prazo vintenário, mas já no período de *vacatio legis* instituído pelo art. 2.044, da Lei nº 10.406, de 2002, ajuíza o titular do direito violado sua pretensão respectiva; no curso da lide, entra em vigor o novo Código Civil Brasileiro. Poderá o demandado argüir prescrição, invocando a regra do art. 205 do novo diploma, porque já decorridos mais de dez anos da data do fato gerador da pretensão? E o intérprete, determinará a observância do prazo prescricional da lei revogada, sob a égide da qual nasceu a pretensão e fluíu grande parte do lapso temporal, ou fará incidir a nova regra? É certo que o fato vulnerador do direito e criador da pretensão terá ocorrido na vigência da lei civil atual; mas o termo *ad quem* do prazo prescricional ocorrerá quando já vigente o novo diploma normativo, que veio reduzi-lo sensivelmente.

A respeito, dispõe o art. 6º, *caput*, da Lei de Introdução ao Código Civil que “a lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada”.

É o conflito intertemporal de leis, objeto do chamado direito intertemporal,<sup>5</sup> de que cuidaram ESPÍNOLA e ESPÍNOLA FILHO: “*Produzida pelo Estado, a lei insufla sua força, envolvendo o círculo espacial que seus raios atingem — eficácia da lei no espaço — durante um período, que vai do termo inicial ao final, que consiste na eficácia da lei no tempo. Ao ser editada, pode ocorrer que: a) a lei anterior já tenha criado relações jurídicas, que se respeitam, aplicando-se-lhes a lei sob cujo regime se formaram, apesar da nova lei ter revogado a anterior; b) a lei nova, atendendo a interesse público relevante, determine que aquelas relações se rejam pela nova lei e não pela velha, sob cujo regime se constituíram. Surge o problema do conflito das leis no tempo. Para estudá-lo, têm-se as teorias da irretroatividade ou da retroatividade das leis e do direito adquirido, que constituem o cerne do Direito intertemporal. Embora incipiente, pode-se vislumbrar a preocupação com a matéria desde os primórdios de vida jurídica dos povos*”.<sup>6</sup>

Em suas aulas proferidas na Faculdade Nacional de Direito (1942-1945), SAN TIAGO DANTAS já se ocupava do tema, destacando que “o problema já não é tão simples quando pensamos nos efeitos jurídicos que a norma jurídica anterior podia ter feito nascer de determinado fato ou ato jurídico. Pode acontecer que esses efeitos sejam daqueles que se expressem instantaneamente, mas pode acontecer também que sejam efeitos continuados que se devam produzir por um lapso de tempo mais ou

<sup>4</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil - Parte Geral*. São Paulo: Atlas, 2001, p. 529: “Ao tratar dos prazos de prescrição, o art. 203 fixa a prescrição ordinária, para qualquer situação, em 10 anos, não mais distinguindo as ações reais e as ações pessoais.”

<sup>5</sup> A denominação **direito intertemporal** foi inicialmente usada por F. AFFOLTER (*Geschichte des Intertemporalen Privatrecht* - 1902); outros autores preferem **direito transitório**, designação lançada por CHABOT DE L'ALLIER (*Questions Transitoires sur le Code Napoléon* - 1982).

<sup>6</sup> A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro. 3ª ed., Rio de Janeiro: Renovar. 1999, 1/237.

menos longo, de tal sorte que a norma jurídica nova ainda viria encontrar esses efeitos produzindo-se de acordo com a norma anterior. Temos então de perguntar se a norma nova passa a regular esses efeitos jurídicos, se os altera de modo a acomodá-los aos seus preceitos ou, se, pelo contrário, respeita a norma antiga e permite que ela continue a reger os efeitos que nasceram sob o seu império”.<sup>7</sup>

Desenha-se vexata quaestio, na necessidade de escolha de um ou outro diploma normativo. “Revogada a lei antiga, e substituída pelas novas disposições, encontram-se direitos subjetivos ou situações legais geradas por fatos ocorridos antes do império da lei modificadora, que não chegaram a produzir todos os seus efeitos. A lei velha estabelecia condições para a constituição das situações jurídicas, regulava a produção de seus efeitos, ou pautava o exercício dos direitos individuais, e vem a nova lei alterando umas e outras”, já destacava CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA o tormentoso problema.<sup>8</sup>

No dizer de VICENTE RÁO, “a ação das normas obrigatórias de direito no tempo é limitada; todas têm um período de vigência determinado pelo começo e fim de sua obrigatoriedade. As normas jurídicas positivas nascem, vivem e se sucedem. Mas, quando a sucessão se verifica, as novas normas vêm, freqüentemente, dispor sobre a mesma matéria já contemplada em outras anteriores, com as quais, por esta razão, podem entrar em conflito, criando árduos problemas, cuja solução forma o objeto do direito intertemporal”.<sup>9</sup>

Tampouco se há de olvidar, aqui, a ensinança do Mestre das Arcadas: “a lei é expedida para disciplinar fatos futuros. O passado escapa ao seu império”; “saliente-se ... que a retroatividade é exceção e não se presume. Deve decorrer de determinação legal, expressa e inequívoca, embora não se requeiram palavras sacramentais. Não há retroatividade virtual ou inata, nem leis retroativas pela sua própria índole”.<sup>10</sup>

Como então resolver a questão proposta?

SAVIGNY, lançando-se sobre o tema, construiu admirável teoria, subjetivista, em torno dos limites temporais do império das regras positivas sobre as relações jurídicas, tendo por fundamento a distinção entre o direito adquirido e a mera expectativa de direito, de um lado, e as faculdades jurídicas abstratas, de outro. Nesse campo subjetivista, GABBA, retomando a idéia de proteção ao direito adquirido, anuncia a solução, dizendo que a lei nova não pode violar direitos precedentemente adquiridos, mas onde não se ofendam direitos dessa natureza, deve receber a mais ampla aplicação.

A esta orientação doutrinária veio opor-se, num segundo momento, outra, dita objetivista, idealizada por COLIN et CAPITANY. Extraíndo do discurso do art. 2º, do Código Civil francês, duas regras (a lei só dispõe para o futuro e não se pode ter efeito retroativo), deslocaram o foco subjetivista do direito adquirido para outro, objetivista, de ordem científica, em decorrência da situação jurídica definitivamente constituída.

Ambos os sistemas, em maior ou menor grau, ganharam repercussão no Direito pátrio. Assim é que a Lei de Introdução ao Código Civil, contemporânea da votação deste diploma legal, tomou rumo nitidamente subjetivista, ao prescrever que a lei não prejudicará em caso algum o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada (art. 3º); já o Decreto-lei nº 4.657/42, que veio substituir a antiga Lei de Introdução, adotou a concepção objetivista, ao dispor que a lei em vigor terá efeito imediato e geral

<sup>7</sup> Programa de Direito Civil - Teoria Geral. 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 76.

<sup>8</sup> Instituições de Direito Civil. 12ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1991, I/97.

<sup>9</sup> O Direito e a Vida dos Direitos. 5ª ed., São Paulo: RT, 1999, p. 362.

<sup>10</sup> MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil - Parte Geral. 25ª ed., São Paulo: Saraiva, ed. 1985, pp. 29-32.

e não atingirá as situações jurídicas definitivamente constituídas e a execução do ato jurídico perfeito (art. 6º).<sup>11</sup>

Incidência e eficácia não se confundem, já dizia o Mestre de Ipanema. Em suas palavras, *“a lei, desde que existe, é lei; todavia, raramente a lei começa de incidir e a ser aplicável desde que existe. Se, nela-mesma, publicada a 1º, ou noutra, do dia 1º, se diz que ‘entrará em vigor no dia 12’, há, necessariamente, lapso entre a sua publicação, no dia 1º, e a sua vigência, de modo que surge a distinção conceptual entre existência e incidência”*.<sup>12</sup>

Nesse processo hermenêutico, deve o exegeta, inicialmente, perquirir da natureza do instituto da prescrição, se de ordem pública ou privada; isso se diz em razão de as prescrições de ordem pública, colimando estabelecer e salvaguardar o equilíbrio social, reclamarem exegese estrita, em que *“não há margem para interpretação extensiva, e muito menos para analogia”*.<sup>13</sup> Precisa, neste passo, a advertência do imortal ORLANDO GOMES, para quem *“uma vez que a prescrição se funda no interesse social da segurança do comércio jurídico, é incontestável sua natureza de instituto de ordem pública”*, embora algumas de suas regras possam ser afastadas por mero acordo de vontade das partes, que podem regular, do modo que lhes pareça conveniente, as vantagens decorrentes do preceito legal.<sup>14</sup>

*“Costuma-se dizer que as leis de ordem pública são retroativas”*, lembra CAIO MÁRIO; *“há uma distorção de princípio nesta afirmativa. Quando a regra da não-retroatividade é de mera política legislativa, sem fundamento constitucional, o legislador, que tem o poder de votar leis retroativas, não encontra limites ultralegais à sua ação, e, portanto, tem a liberdade de estatuir o efeito retrooperante para a norma de ordem pública, sob o fundamento de que esta se sobrepõe ao interesse individual. Mas, quando o princípio da não-retroatividade é dirigido ao próprio legislador, marcando os confins da atividade legislativa, é atentatória da Constituição a lei que venha ferir direitos adquiridos, ainda que sob inspiração da ordem pública”*.<sup>15</sup>

A diminuição do prazo prescricional, à razão da metade, pela lei superveniente, nada tem de atentatória da Constituição. CLÓVIS, indagado acerca da possibilidade de diminuição dos prazos prescricionais, manifestou-se pela afirmativa, amparado nas doutrinas alemã<sup>16</sup> e francesa,<sup>17</sup> salientando que *“o encurtamento do prazo da prescrição não contraria os fins sociais desta. Por isso mesmo não offende a ordem pública, em que se baseia. O fim da prescrição, fundamento racional da sua instituição, é a necessidade de se assegurar a estabilidade do património, contra infundáveis reclamações. A redução do prazo, longe de contrariar, favorece a finalidade da prescrição, concorre para estabilizarem-se, mais promptamente, as relações jurídicas. Quando se diz que a prescrição é de ordem pública, tem-se em mente significar que foi estabelecida por considerações de ordem social, e não no interesse exclusivo dos indivíduos. Ella, assim, existe, independentemente da vontade daquelles a quem possa prejudicar ou favorecer. Por essa razão não póde ser renunciada, senão depois de consumada, porque, então, já entrou, para o património do individuo, o direito que nella se funda. E todo direito patrimonial é renunciável. Mas a lei que impede a renúncia da prescrição*

<sup>11</sup> PEREIRA, Caio Mário da Silva. Op. cit., I/114.

<sup>12</sup> PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de Direito Privado*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Borsoi, 1954. I/15.

<sup>13</sup> MAXIMILIANO, Carlos. Op. cit. p. 277.

<sup>14</sup> *Introdução ao Direito Civil*. 13ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1998, p. 498.

<sup>15</sup> *Instituições*, cit., I/117.

<sup>16</sup> KOHLER, Lehrbuch, I, § 83.

<sup>17</sup> BAUDRY-LACANTINERIE et TISSIER. *De la prescription*, nº 96.

*o que não quer é que o prazo da prescrição se alongue indefinidamente. Há de ser o que a lei estabeleça. Encurtar, porém, o prazo, é diminuir a resistência do direito, a que a prescrição se opõe; é, portanto, robustecel-a, dar-lhe maior energia. É, precisamente, o oposto da renúncia, que a inutiliza. E a lei apenas diz que a prescrição não se renúncia antes de consummada (art. 161). Não diz que os seus prazos se não encurtam. Esse encurtamento de prazo da prescrição tem limites racionais. Não pôde ser tal que torne ephemera ou ineficiente a acção”.*<sup>18</sup>

Considerando-se o quanto já exposto, tem-se que a inovação havida, cotejados os discursos dos arts. 177, da Lei nº 3.071, de 1916, e 205, da Lei nº 10.406, de 2002, não padece de vício algum de inconstitucionalidade, porquanto, tratando-se de norma de ordem pública, ao reduzir o prazo de prescrição veio atender primordialmente o próprio interesse público, concorrendo para uma mais rápida estabilização das relações jurídicas. Daí se tem sua retroatividade, por sobreposição ao interesse patrimonial meramente individual que o prazo maior poderia favorecer.

Nada obstante, a solução não se mostra de tal simplicidade, nem comporta fórmulas rígidas. Há que se indagar, à luz do caso concreto, da retroatividade ou não da norma modificadora, a fim de que não sejam ultrapassados os limites racionais mencionados na lição de CLÓVIS trazida à colação alhures.

Nessa esteira de pensamento, MARIA HELENA DINIZ propõe que *“a nova lei sobre prazo prescricional aplica-se desde logo se o aumentar, embora deva ser computado o lapso temporal já decorrido na vigência da norma revogada. Se o encurtar, o novo prazo de prescrição começará a correr por inteiro a partir da lei revogadora. Se o prazo prescricional já se ultimou, a nova lei que o alterar não o atingirá”*.<sup>19</sup>

A solução alvitrada, porém, pese a indiscutível autoridade da ilustre civilista, comporta reparos. Não distingue, na hipótese de encurtamento do prazo prescricional pela lei revogadora — hipótese que especialmente nos interessa, cotejados ainda uma vez mais os discursos dos arts. 177, da Lei nº 3.071, de 1916, e 205, da Lei nº 10.406, de 2002 —, dar-se-á ensejo à criação de distorção injusta, atentatória da equidade. Senão, vejamos. Na questão proposta, o prazo de prescrição, que hoje é de vinte anos, já se teria escoado quase totalmente, e o titular do direito violado só deixara a inércia às portas do *dies ad quem* e do termo final do período de *vacatio legis* a que submeteu o legislador a lei modificadora desse prazo, que veio de reduzi-lo para dez anos; nada obstante, a teor da respeitabilíssima conclusão suso transcrita, a partir do início da vigência da lei revogadora do Código Civil atual, o novo prazo de prescrição começaria a correr por inteiro. Trocando em miúdos, o art. 205, do novo Código Civil, no caso proposto, em vez de *reduzir* o prazo prescricional, viria a *aumentá-lo*, pois, pela conclusão alvitrada, aos quase vinte anos já decorridos, de que trata o art. 177 do Código Civil atual, somar-se-iam mais dez, de que cuida o novel dispositivo legal. Ou seja: o prazo prescricional ordinário remontaria à redação primitiva do art. 177, da Lei nº 3.071/16.

Daí nossa discordância dessa solução, pese novamente a autoridade desse respeitabilíssimo entendimento.

Sabidamente, *“a característica da legislação é ... a soberania do legislador e a sujeição das partes; o primeiro não faz mais que falar, e estas não têm mais que escutar”*.<sup>20</sup> O comando da nova lei aí está; e dirimir o conflito objeto do direito

<sup>18</sup> Código Civil dos Estados Unidos do Brasil Commentado. 3ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1927, IV450-1.

<sup>19</sup> Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada. 4ª ed., São Paulo: Saraiva, 1998. p. 200.

<sup>20</sup> CARNELUTTI, Francesco. Teoria Geral do Direito. São Paulo: Lejus, 1999, p. 146.



intertemporal, evidentemente, é tarefa dos pretórios, na medida em que “o Direito precisa transformar-se em realidade eficiente, no interesse coletivo e também no individual”.<sup>21</sup>

A razão, portanto, a nosso ver, mais uma vez, está com CLÓVIS, quando propôs, a respeito da *quaestio juris* vertente, em situação análoga — entrada em vigor do Código Civil de 1916 — “em relação às prescrições iniciadas antes de entrar em vigor o Código Civil, observem-se as regras seguintes: 1ª Se a lei nova estabelecer prazo mais longo, do que a antiga, prevalece o prazo mais longo, contado do momento em que a prescrição começou a correr. 2ª Se o prazo da lei nova é mais curto, cumpre distinguir: a) Se o tempo que falta para consummar-se a prescrição é menor do que o prazo estabelecido pela lei nova, a prescrição se consumma de acordo com o prazo da lei anterior. b) Se o tempo que falta para se consummar a prescrição pela lei anterior, excede ao fixado pela nova, prevalece o desta última, contado do dia em que ella entrou em vigor. Estas regras racionais, que se fundam no principio de que a prescrição iniciada não constitue direito adquirido, e que, por outro lado, attendem à equidade, estão de accordo com os ensinamentos de GABBA, ‘Teoria Della Retroattività Delle Leggi’, 3ª ed., n.ºs 374 e 375. PORCHAT, ‘Da Retroactividade das Leis’, n.º 43, apoia a primeira regra, mas não faz a distincção estabelecida na segunda, salvo quando é brevíssimo o tempo que faltar para que se complete a prescrição segundo a lei antiga, caso em que prevalecerá o prazo desta. S. VAMPRE, ‘Código Civil Brasileiro Annotado’, no art. 167, n.º 3, adopta a doutrina de PORCHAT. ESPÍNOLA, porém, faz a distincção da segunda regra, de accordo com o artigo 169 da lei allemã de introdução, que estatue: ‘Se o prazo da prescrição segundo o Código Civil for mais curto do que o da legislação anterior, conta-se o prazo mais curto, a partir do dia em que o Código entrou em vigor. Se, porém, o prazo mais longo determinado pela legislação anterior expirar antes de esgotado o mais curto, determinado pelo Código Civil, a prescrição se consummará com o prazo mais longo’ (‘Breves Anotações’, I, paginas 482 a 484). Semelhantemente, o Código Civil venezuelano, art. 2.063”.<sup>22</sup>

Daí se segue que, entrando em vigor, em 10 janeiro de 2003, o novo Código Civil Brasileiro, instituído pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, o seu art. 205, que reduziu à razão da metade o prazo prescricional ordinário das ações pessoais, alcançará todas as hipóteses fáticas em que se tenha decorrido, até essa data, **menos da metade** do prazo vintenário, previsto no art. 177, da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, ou seja: nove anos, onze meses e vinte e nove dias.

Doutra parte, se já decorrido pelo menos dez anos e um dia do prazo prescricional, quando da entrada em vigor do novo Código Civil Brasileiro, a prescrição não será alcançada pelo seu art. 205, e continuar-se-á a reger pelo art. 177, do diploma revogado.

Em suma: os operadores do direito, ao menos em matéria de prescrição, trabalharão simultaneamente com dois ordenamentos jurídicos distintos, revogador e revogado, por aproximadamente até dez anos a contar da entrada em vigor do primeiro.

<sup>21</sup> MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e Aplicação do Direito*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1957. p. 19.

<sup>22</sup> Código, cit., I/449-50.